

**PÁG 2** Abraceel apresenta pauta do mercado ao ministro de Minas e Energia

**PÁG 4** Liberdade só depois do Carnaval!

**PÁG 7** Reta final para a decisão sobre lastro e energia

**PÁG 9** ONS realiza reunião estratégica com agentes

**PÁG 11** Curtas: Lista de substituição na Diretoria da Aneel e ANP

Lançado Comitê Técnico PMO-PLD

Não coincidência dos mandatos dos diretores do ONS

... e muito mais!

**PÁG 15** Agenda Semanal Abraceel



**NOVIDADE!**

CLIQUE NO Nº DA PÁGINA E VÁ  
DIRETAMENTE PARA ELA!

# ABRACEEL APRESENTA PAUTA DO MERCADO AO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

## Matéria em 1 minuto:

- Ministro Bento recebe a Abbraceel;
- Associação parabeniza o MME por ter assumido a liderança do processo de abertura do mercado de energia e entrega a Agenda do Mercado de Energia 2020/2023.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia **06.02** o Ministro Bento Albuquerque, titular das Minas e Energia, recebeu o Conselho e a Diretoria Executiva da Abbraceel para discutir a pauta do mercado de energia.

O Presidente Executivo da Associação, Reginaldo Medeiros, iniciou o encontro parabenizando o Ministro por ter assumido a liderança do processo de abertura do mercado de energia, atuando com coragem e pragmatismo para diminuir as barreiras de acesso ao mercado livre por meio da assinatura da Portaria 465/2019, em benefício dos consumidores de eletricidade.

Enfaticou que a matéria também está em discussão no Congresso Nacional há 5 anos, sem um desfecho favorável em prol do consumidor. Registrou que já há um movimento de parlamentares no Congresso Nacional para permitir o livre acesso ao mercado a todos os consumidores, como consta das propostas inscritas em Projetos de Lei que ora tramitam nas duas casas legislativas. A publicação da referida Portaria 465/19 pelo MME, destacou, deu novo impulso aos projetos que tramitam no legislativo, tendo sido inclusive incorporada ao substitutivo apresentado ao PLS 232/16 pelo Senador Marcos Rogério, que propôs a abertura total do mercado em 42 meses após a aprovação do projeto de Lei.



O Ministro (foto) respondeu que já havia conversado com o Senador, que lhe informou da intenção em levar a matéria à votação na Comissão de Infraestrutura do Senado logo após o carnaval, para a consequente remessa à apreciação pela Câmara dos Deputados.

Reginaldo também destacou que o MME está conduzindo com grande competência e dedicação o Grupo de Trabalho de Modernização, formado para cumprir a árdua missão de levar o setor elétrico ao século XXI, tendo o Ministro respondido que segue a orientação do Presidente da República, que o escolheu para o cargo em razão de ser um elemento de fora do setor e portanto dissociado dos

diversos grupos de interesse, o que lhe permite uma atuação mais equidistante, voltada aos interesses nacionais.

Na sequência, Reginaldo relatou ao Ministro as bandeiras do mercado livre definidas pelas associadas da Abraceel, com foco na liberdade de escolha dos consumidores, livre competição, eficiência e segurança do mercado, realçando que estão inteiramente alinhadas com as diretrizes de atuação do MME, que elegeu a modernização dos setores elétrico e de gás como ponto central de sua política energética.

A Abraceel colocou-se à disposição do Ministério para contribuir com o que for necessário, e aproveitou para convidar o Ministro para novo encontro, com o objetivo de receber reconhecimento e homenagem da Associação pela sua atuação.

## LIBERDADE SÓ DEPOIS DO CARNAVAL!

### Matéria em 1 minuto:

- O relatório e a complementação de voto do PLS 232 foram lidos na quarta-feira;
- Comissão de Infraestrutura pede vista coletiva ao projeto;
- A expectativa é deliberar a matéria na primeira semana de março.



Tempo de leitura:  
**4 minutos**

O Senador Marcos Rogério (DEM/RO) apresentou complementação de voto ao relatório do PLS 232 no dia **04.02**, isto é, fez algumas modificações ao texto inicialmente apresentado no dia **29.10** e que já havia sido modificado em **11.12**.

Pautado na primeira reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) de 2020, no dia **05.02**, o Senador leu o relatório e a complementação de voto, mas os senadores presentes pediram vista coletiva para analisar o novo texto apresentado (foto).



Foto: Senado Federal

## MUDANÇAS NO TEXTO:

### Outorgas

Cobrança de Bônus (CDE 2/3 e Tesouro 1/3) na prorrogação de usinas;

Limite de autoprodutor em 3.000 kW;

### Abertura do Mercado

Elimina o cronograma de abertura para preservar o cronograma da Portaria MME 465/2019;

Obriga o MME, em prazo de 42 meses, a abrir todo o Grupo B e apresentar plano para explicar os riscos envolvidos;

### **Encargos**

Elimina, no encargo de sobrecontratação, a regra para redução da base de cálculo do encargo em função de contratos de compra de energia assinados em até 30 meses após a entrada em vigor, passando o ACL a arcar com os custos;

Rondônia e Acre passam a pagar CDE da região Norte;

Consumidores da região Norte não pagarão os empréstimos contraídos junto à RGR para custear o serviço prestado pelas empresas no período compreendido entre o fim de suas concessões e a transferência do controle;

Retira do cálculo da CCC os custos de CDE e de Transmissão incluídos no cálculo da tarifa de energia média do ACR;

### **Varejista**

Após 42 meses a comunhão de interesse também alcançará os consumidores atendidos em tensão inferior a 2,3 kV;

Exigência do varejista para consumidores com carga inferior a 500 kW após 42 meses;

### **Mercado de Carbono**

Determinação para a implementação do plano de valorização de carbono em 18 meses;

Possibilidade de exigência de compensação das fontes ou de empreendimentos de geração com elevada emissão de gases causadores do efeito estufa;

### **Desconto de Energia Incentivada**

Aplicação do desconto da EI aos empreendimentos que ampliem a capacidade instalada em até 18 meses e que iniciem a operação de todas as unidades geradoras em até 48 meses;

### **Lastro**

Possibilidade de Lastro para bateria e armazenamento;

Preços do Lastro diferenciados por produto e não por fonte primária de geração de energia;

Novo empreendimento construído após a publicação da Lei poderá comercializar lastro legado se o contrato for firmado em até 30 meses após a publicação da Lei.

O cenário mais provável é que o relatório seja deliberado na primeira semana de março, com “chance real de aprovação”, conforme apontou o senador Marcos Rogério durante evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria.

Além disso, o Senador acredita que o trâmite seja encerrado no Senado ainda no primeiro trimestre, para que o projeto possa ir à Câmara, seja apensado ao PL 1917 e, após aprovação também dessa Casa, vá a sanção presidencial.

## AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

A Abraceel participou do Seminário RedIndústria, nos dias **04** e **05.02**, em Brasília. Promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o evento debate os temas e proposições que farão parte da Agenda Legislativa da Indústria.



Foto: Miguel Ângelo/CNI

A abertura do evento contou com a participação do Senador Marcos Rogério (foto), que defendeu a aprovação do PLS 232 com expectativa de acontecer ainda no primeiro trimestre. Em seguida, divididos em grupos, as Federações Estaduais, Associações Setoriais da Indústria e entidades convidadas discutem os temas remanescentes da Agenda anterior e os projetos apresentados em 2019.

A Abraceel participou do grupo de Infraestrutura e defendeu a entrada na Agenda Legislativa da Indústria 2020 dos projetos de lei da portabilidade (PL 1917/2015 e PLS 232/2016), do GSF (PL 3975/2019) e do gás (PL 6407/2013).

A agenda está prevista para ser lançada no final de março, com a expectativa dos projetos da portabilidade e do gás constarem na pauta mínima, ou seja, na lista dos projetos considerados de maior impacto sobre a competitividade das empresas.



Foto: Miguel Ângelo/CNI



## RETA FINAL PARA A DECISÃO SOBRE LASTRO E ENERGIA

### Matéria em 1 minuto:

- Segundo o plano de ação do GT Modernização, o MME tem até o final de março para se definir sobre a diretriz de separação lastro e energia;
- O MME considera que há necessidade de avaliação legal sobre a proposta Abraceel de mercado de capacidade;
- A pasta confirmou presença na reunião do GT do dia **18.02** e no evento exclusivo para associados da Abraceel no dia **19.02**, quando ocorrerá o lançamento do Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia **03.02**, a Diretoria Executiva da Abraceel se reuniu, a convite do MME, com a Frente de Atuação “Lastro e Energia” do GT Modernização. Agnes da Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME e coordenadora da Frente, questionou se a Abraceel tinha outras ponderações sobre o tema, além das que foram apresentadas na CP nº 83/2019, destacando que o Ministério está debruçado sobre o assunto, e que considera urgente dar-lhe o devido encaminhamento.

**Segundo o plano de ação do GT, o MME tem até o final de março para definir qual o mecanismo de adequabilidade que será utilizado no Brasil.**

Reginaldo Medeiros apontou que a Abraceel apoia integralmente a separação lastro e energia, tema fundamental para a abertura do mercado elétrico. Argumentou, porém, que como alguns pontos exigem mudança legal, e considerando que o trâmite dos projetos de lei no Legislativo é incerto, pode-se aumentar muito a quantidade de contratos legados enquanto a separação efetivamente não acontece.



Nesse sentido, enfatizou que a proposta da Abraceel sobre Mercado de Capacidade apresenta uma possibilidade efetiva de transição, que pode ser adotada enquanto trabalha-se na separação definitiva. O Ministério não discorda, mas aponta que existem questionamentos jurídicos sobre a possibilidade de implementação do mercado de capacidade pela via infralegal, o que requer avaliação mais profunda de dispositivos da Lei nº 10.848/2004.

Agnes disse que a frente de atuação está avaliando os diferentes caminhos e posicionamentos sugeridos durante a CP nº 83, com foco na simplificação, mas que há uma preocupação dos agentes quanto à implementação. A Abraceel enfatizou que é imperativo avançar, sendo que maiores detalhes poderiam ser dados no momento de regulamentação da matéria.

A Abraceel colocou-se à disposição do Ministério para contribuir com o que for necessário, complementando suas contribuições enviadas à CP nº 83, e aproveitou para convidar a frente lastro e energia para acompanhar a reunião do Grupo Técnico agendada para o dia **18.02**, em São Paulo. O MME confirmou participação.

O Ministério também confirmou sua participação no evento exclusivo para as associadas da Abraceel, a se realizar no dia **19.02**, antes da AGO, quando ocorrerá o lançamento do Manual de Boas Práticas de Gestão de Risco, elaborado em conjunto com a Dcide, que visa fomentar a adoção das melhores práticas de gestão de risco pelas empresas. Na oportunidade, o MME realizará uma apresentação sobre o andamento dos trabalhos do GT Modernização.



## ONS REALIZA REUNIÃO ESTRATÉGICA COM AGENTES

### Matéria em 1 minuto:

- ONS reúne os agentes para apresentar os principais resultados do Operador;
- Barata destacou os avanços na implementação da operação em base semi-horária e o novo portal de informações do ONS;
- No painel realizado com CEOs, Vianna, representando os comercializadores, destacou as principais bandeiras do mercado livre e estudo realizado pela Abraceel sobre expansão da oferta.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

O ONS realizou, em **06.02**, a 3ª Reunião Estratégica ONS-Agentes (foto) para apresentar os principais resultados do operador e discutir as perspectivas para o setor. A Abraceel foi representada pelo Conselheiro Luiz Henrique (WX Energy) e pelo Vice-Presidente Alexandre Lopes.



No início da reunião, o Diretor-Geral do ONS, Luiz Barata, destacou os avanços na implementação da operação em base semi-horária e o novo portal de informações do ONS. Em relação à operação do sistema, destaque para as melhorias nas previsões de vazão para os próximos meses, apesar dos níveis ainda baixos dos reservatórios. Também foram apresentados os resultados da pesquisa de satisfação do ONS junto aos agentes, com média de 79%, e discutidas as perspectivas da economia e do setor elétrico para os próximos anos.

Em seguida foi realizado um painel que reuniu CEOs dos diversos segmentos do setor e o Diretor-Geral do ONS (foto), composto por Luiz Fernando Vianna (Delta Asset), Solange Ribeiro (Neoenergia), Carlos Ribeiro (ISA CTEEP), Wilson Ferreira Júnior (Eletrobras) e Gustavo Checcucci (Braskem).

Representando os comercializadores, Luiz Fernando Vianna destacou as mudanças tecnológicas, as perspectivas de abertura do mercado e a necessidade de alteração do mo-

delo do setor elétrico, com a separação lastro e energia, o aprimoramento dos modelos de formação de preços, a redução de encargos e subsídios e o modelo de PIE para a renovação de concessões.



Vianna destacou também os novos mecanismos de financiamento para o ACL e o estudo realizado pela Abraceel, que aponta que 34% de toda a expansão está voltada para o mercado livre, com investimentos da ordem de R\$ 35 bilhões, além da necessidade de solução para o GSF, a abertura do mercado de gás natural e as iniciativas da Abraceel para a segurança do

mercado, como a elaboração de um manual de gestão de risco, o lançamento do portal de informações financeiras das empresas e as discussões sobre o uso de contratos financeiros e derivativos de energia.

**As apresentações do encontro ainda não haviam sido disponibilizadas até o fechamento deste relatório.**



## CURTAS

### Agências definem prazo máximo para analisar pedidos de autorização

A Aneel e a ANP publicaram, na última semana, a Portaria Aneel 6.242 e a Resolução ANP 808, que regulamentam o prazo máximo para resposta aos requerimentos de atos públicos de liberação para o exercício das atividades econômicas reguladas pelas agências.

As normas atendem à Lei 13.874/19, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e assegura a toda pessoa física ou jurídica, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o direito de ter seu processo analisado dentro de um prazo máximo estabelecido. Conforme a Lei, transcorrido o prazo fixado, o silêncio da autoridade competente importará aprovação tácita para todos os efeitos.

Os prazos para a Administração Pública Federal foram definidos pelo Decreto 10.178/19, de acordo com a seguinte transição:

I - 120 dias, para os requerimentos apresentados até o dia 01/02/2021;

II - 90 dias, para os requerimentos apresentados entre os dias 02/02/2021 e 01/02/2022; e

III - 60 dias, para os requerimentos apre-

sentados a partir de 02/02/2022.

Conforme o Decreto 10.178, somente poderá ser estabelecido prazo superior para a análise do processo em razão da natureza dos interesses públicos envolvidos e da complexidade da atividade econômica a ser desenvolvida pelo requerente, mediante fundamentação da autoridade máxima do órgão e considerados os padrões internacionais.

### Lista de substituição na Diretoria da Aneel e ANP

Foram indicados pelo presidente Jair Bolsonaro os substitutos temporários dos diretores da Aneel e ANP. Essa medida segue o que foi estipulado pelo art. 10º da Lei nº 13.848, de 2019, a Lei das Agências, que determinou que houvesse uma lista de substituição permanente nas agências reguladoras, composta por servidores, para caso de eventual vacância nas respectivas diretorias colegiadas, com o objetivo de evitar que essas fiquem impossibilitadas de tomar decisões por falta de diretores. Para a ANP, foram indicados:

(i) José Gutman, atual secretário-executivo da Agência, (ii) Marcelo Castilho, superintendente de Desenvolvimento e Produção; e

(iii) Raphael Moura, superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente.

Para a Aneel, foram indicados:

(i) Júlio Ferraz, atual superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado;

(ii) Christiano Vieira, superintendente de Regulação dos Serviços de Geração; e  
(iii) André Ruelli, superintendente de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública.

## Lançado Comitê Técnico PMO-PLD

A REN 843/2019 estabeleceu a instituição de Comitê Técnico para tratar de assuntos relacionados ao PMO e PLD, coordenados pelo ONS e CCEE. O Comitê foi lançado durante a reunião do PMO no dia **30.01**. Foram propostos quatro temas para 2020:

### Subcomitê de Dados, Processos e Regulação:

(i) discussão e proposição de nova representação no DECOMP da curva de deplecionamento da UHE Tucuruí;  
(ii) incorporação da Previsão de Geração Eólica por meio do “Modelo de Previsão de Geração Eólica de Curto Prazo” na primeira Semana Operativa do DECOMP;  
A Comissão Gestora desse subcomitê é composta por Mario Daher (ONS), Vinicius Forain (ONS), Rodrigo Sacchi (CCEE) e Humberto Alencar (CCEE).

### Subcomitê de Modelos Satélites:

(iii) uso do modelo SMAP em horizonte estendido no modelo Decom (1º mês): pretende-se melhorar a qualidade da previsão de cenários de vazões no curto prazo, e  
(iv) uso do Modelo PrevCargaDESSEM na Programação Diária.

A Comissão Gestora desse subcomitê é

composta por Vinicius Forain (ONS), Mario Daher (ONS), Rodrigo Sacchi (CCEE) e Regiane Barros (CCEE).

A apresentação realizada na reunião e o regimento interno do Comitê estão disponíveis na área restrita do associado. Os agentes podem contribuir sobre os temas propostos até **17.02** pelo e-mail [preco@ccee.org.br](mailto:preco@ccee.org.br) e via Portal SINtegre. Após as contribuições, será divulgado o planejamento de atividades dos grupos.

## Não coincidência dos mandatos dos diretores do ONS

Foi juntado ao processo da AP nº 37/2019, que tratou do Estatuto do ONS, parecer da Procuradoria da Aneel que conclui haver possibilidade jurídica de a Aneel estabelecer a não coincidência de mandatos de diretores do ONS, sem necessidade de apreciação pela Assembleia Geral do ONS. O tema é relevante em razão do término, em maio deste ano, dos mandatos do Diretor-Geral do ONS, indicado pelo MME, e dos diretores de Planejamento e de TI, Relacionamento e Assuntos Regulatórios, historicamente indicados pelos agentes. Segundo o atual Estatuto do ONS, os mandatos dos diretores indicados pelo MME e os dos diretores indicados pelos agentes devem ser não coincidentes, sendo que a Abraceel apresentou contribuição na CP 37 buscando equacionar o problema. **O parecer está disponível na área restrita do associado.**

## Mercado de gás no RJ

A Agenersa remarcou para o dia **12.02**, a

Sessão Regulatória Extraordinária para deliberar sobre as regras do Mercado Livre de Gás Natural no Rio de Janeiro. A reunião acontecerá às 11h, no auditório da Agência. **O relatório do processo, bem como todas as manifestações relativas ao Estudo e Reformulação do Arcabouço Regulatório do Mercado Livre de Gás Natural no Rio de Janeiro estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”.**

## **NT EPE – Acesso a infraestruturas essenciais de GNL**

No dia **31.01**, a EPE publicou Nota Técnica que trata do acesso de terceiros a infraestruturas essenciais de GNL. O objetivo do documento é discutir o arcabouço legal e regulatório do tema e as experiências internacionais, a fim de colher lições para o Brasil. Além disso, são abordadas as mudanças regulatórias e contratuais advindas do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC). **A NT está disponível no site da Abraceel, em “Contribuições e Notas técnicas”.**

## **Isonomia entre ACR e ACL**

No dia **05.02**, a Abraceel enviou carta ao Diretor Geral da Aneel, André Pepitone, pela qual solicita a revisão da Resolução Normativa nº 559/2013, de modo a estabelecer uma regra única de estabilização da TUST para os novos empreendimentos de geração, independentemente da destinação da energia comercializada por esses - ACR ou ACL. Foi destacado que tal medida irá contribuir para a expansão ótima da oferta de energia do país e o bom

funcionamento do mercado. **A íntegra da Carta está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Cartas Abraceel”.**

## **Petrobrás e o Novo Mercado de Gás**

No dia **06.02**, a Petrobras publicou nota à imprensa, na qual elenca as medidas que foram e serão adotadas no âmbito do TCC firmado com o CADE e com a ANP. Tais medidas são essenciais para abertura do Mercado de Gás e estão alinhadas com ações do Novo Mercado de Gás. **Para mais detalhes acesse o site da Petrobrás.**

## **Abraceel participa do processo de Avaliação da Governança do ONS**

Reginaldo Medeiros participou, no dia **04.02**, de entrevista com o ONS para avaliar a percepção da Associação em relação ao Operador do Sistema com base em quatro critérios: propósito e missão do ONS, alinhamento de interesses, confiança e postura independente e relacionamento com o mercado.

## **Convite PDE 2029**

As empresas associadas da Abraceel estão convidadas para a apresentação do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 (PDE 2029), evento que será realizado pelo Ministério de Minas e Energia, dia **11.02**, próxima terça-feira, às 15h, no auditório do subsolo do MME em Brasília. **Para confirmar presença, é preciso mandar um e-mail até o dia 07.02 para [cerimonialmme@mme.gov.br](mailto:cerimonialmme@mme.gov.br).**





## Sefaz-CE

A Secretária da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz-CE) não se manifestou dentro do prazo declarado na decisão interlocutória do mandado de segurança. Com isso, os advogados irão encontrar-se novamente com o desembargador, e para isso, solicitamos que, caso algum associado tenha sido autuado pela Sefaz-CE após o protocolo da ação judicial, ocorrido no dia **12.12.19**, encaminhe até o dia **10.02** o documento para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).

## CP nº 39 – Recontabilização

A Abraceel enviou ao Grupo Técnico a Minuta de Contribuição para a Consulta Pública nº 39 da Aneel, que trata do aprimoramento do processo de Recontabilização do MCP. **As considerações dos associados podem ser enviadas até o dia 12.02 às 12h, por meio do e-mail [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).**





# AGENDA SEMANAL ABRACEEL

## 10.02 Segunda-feira

Diretoria Executiva e a equipe de relações institucionais se reúnem com a Fran Press, assessora de imprensa da Abbraceel, para discutir o plano de comunicação da associação, às 14h, em Brasília.

## 11.02 Terça-feira

Diretoria Executiva participa de reunião do Fase, às 10h, em Brasília;

Danyelle Bemfica participa da FT-PrevCargaDESSEM, às 09h, na sede do ONS, em Brasília;

Diretoria Executiva se reúne com o senador Marcos Rogério, relator do PLS 232/2016, para discutir o relatório do projeto, às 14h, no Senado, em Brasília;

Alexandre Lopes e Danyelle Bemfica participam da apresentação do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029, às 15h, na sede do MME, em Brasília.

## 12.02 Quarta-feira

Bernardo Sicsú participa de reunião do Fórum do Gás, às 14h, na sede da Abbrace, em Brasília;

## 13.02 Quinta-feira

Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú participam de reunião com a Equinor para discutir o mercado livre de gás, às 13h, em Brasília.

## 14.02 Sexta-feira

Alexandre Lopes e Bernardo Sicsú participam de reunião da associada Hydro com a EPE para discutir lastro e energia, às 11h, na sede da EPE, no Rio de Janeiro.